

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 27514832/2025 - SEPROT.USP.ASP

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 Trata-se de processo para contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de monitoramento eletrônico e segurança privada nas unidades da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville/SC, através de vigilância eletrônica com central de controle operacional equipada, com sistema integrado, sistemas de alarmes, sistemas e câmeras de monitoramento remoto, acessórios como interfones, cancelas e botões de pânico, incluindo a instalação e a manutenção dos sistemas e equipamentos, pronto atendimento, postos fixos e móveis de vigilância humana desarmada, fornecendo equipe com dedicação exclusiva.

1.2 Frisamos que, não há no quadro funcional do Município, servidores para este tipo de mão-de-obra especializada. Diante deste fato, se faz necessária a contratação de empresa especializada na realização dos serviços de segurança e vigilância patrimonial para as unidades da administração direta e indireta do Município de Joinville.

1.3 O objetivo fundamental desta contratação é manter a segurança das instalações, dos bens públicos, dos servidores e dos usuários dos serviços oferecidos em todos os Órgãos do município de Joinville.

1.4 Os motivos que justificam a contratação são a preservação do patrimônio público, a segurança dos servidores e dos usuários e melhores condições de trabalho para executar os serviços.

1.5 Reiteramos que no caso do não atendimento desta demanda as consequências seriam desastrosas para a população, pois as escolas, as unidades de saúde e todas as demais secretarias estariam sem as condições mínimas de segurança para o funcionamento.

1.6 Na atualidade a Prefeitura Municipal de Joinville, através da Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública tem firmado o contrato nº 611/2020, com vigência até o dia 23/11/2026 e o prazo de execução até 02/11/2026 ou até a presente contratação ser realizada.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1 A contratação está prevista no plano de ações da Secretaria para o ano de 2026.

- A Lei não impõe a elaboração do PCA, pelo contrário, faculta-o. No mesmo sentido, em que pese sua relevância, há apenas recomendações quanto a sua elaboração pela doutrina. Em mesmo sentido há o Memorando PGM.UAD 0020036205.

- Ainda, considerando a Instrução Normativa nº 03/2024 (0023970042), elenca que a elaboração do PCA como uma "alternativa" (uma vez a redação conter "poderá"), ou seja o mesmo fora relativizado a partir do ano de 2024: Art. 1º O Plano de Contratações Anual - PCA poderá ser exigido a partir do exercício de 2024, caso em que os Documentos de Formalização de Demanda deverão ser encaminhados até 01 de abril de 2023.

- A contratação encontra amparo na Lei nº 8.993, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre a revisão do PPA - Plano Plurianual 2026-2029 do Município de Joinville, conforme Anexo 27141808.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

3.1 Para a presente contratação, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

a) Indicar preposto fornecendo nome, número de aparelho telefônico móvel e e-mail, para todas as tratativas referente a contratação.

b) Obedecer, quando for o caso, às recomendações dos fabricantes, normas técnicas, resoluções, portarias da ANVISA, ABNT, CONTRAN, as disposições legais da União, do Estado de Santa Catarina, do Município de Joinville, dentre outros, que estiverem em vigor;

c) Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta prestação de serviços, inclusive perante terceiros.

d) Promover a destinação final ambientalmente adequada e a logística reversa, sempre que a legislação assim o exigir.

3.2 Não será admitida a subcontratação do contrato pois a subcontratação total ou parcial do contrato poderia gerar disparidades na qualidade dos itens e serviços prestados, bem como gerar divergências quanto à sua utilização em

conjunto.

3.3 O critério de seleção do fornecedor deverá apresentar do atestado de capacidade técnica similar com os itens cotados, com o percentual descrito no item 8.4.3 do Termo de Referência SEI: 27515025, conforme art. 67, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021, com cópia ao artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que dispõe que a solicitação do atestado é indispensável à garantia mínima do cumprimento das obrigações pertinentes à execução do objeto.

3.4 O critério de seleção do fornecedor para apresentação do capital social e do patrimônio líquido mínimo, será o percentual de 10%, pois a contratação é unificada, cujo quantitativo estimado é a soma de todas as demandas das secretarias e autarquias requisitantes, de modo a garantir que a CONTRATADA possua capacidade financeira para arcar com o compromisso junto à Administração.

3.5 Contratação dos serviços em forma de terceirização, a Contratada deverá ser especializada e possuir notório conhecimento da solução proposta. Os serviços prestados deverão seguir as normas técnica aplicáveis à espécie e deverá preencher todos os requisitos de regularidade jurídica, fiscal, trabalhistas, registro no Conselho de Classe (CREA), Normas e Especificações Técnicas da ABNT, NR, além daqueles previstos na Lei nº 14.133/2021 e o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. O serviço consiste em locação de equipamentos de segurança, instalação de câmera/alarme e monitoramento de alarmes, e serão prestados de acordo com o interesse de cada Secretaria.

3.6 A CONTRATADA deverá possuir responsável técnico devidamente registrado no conselho de classe pertinente para acompanhar a execução dos serviços a serem realizados, além de possuir quantidade suficiente de profissionais habilitados e qualificados para atender a demanda da CONTRATANTE dentro dos prazos estabelecidos;

3.7 Da Equipe Mínima de Vigilância humana e eletrônica:

3.7.1 A CONTRATADA deverá possuir em seu quadro de funcionários quantidade suficiente de profissionais habilitados e qualificados para atender a demanda da CONTRATANTE dentro dos prazos estabelecidos;

3.7.2 A CONTRATADA deverá fornecer seguro de vida em grupo, para seus funcionários que aturem no posto de vigilante supervisor e do vigilante, conforme estabelecido no art. 29 da Lei nº 14.967/2024.

3.8 Os serviços objeto desta contratação são considerados serviços comuns, pois enquadram-se na classificação do art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021 e poderão ser executados de forma indireta conforme disposto no art. 9º da IN 05/2017 - SEGES/MP, pois não tratam de tomada de decisão ou posicionamento institucional, atividades estratégicas para o órgão, funções relacionadas ao poder de polícia, regulação, outorga de serviços ou aplicação de sanções.

3.8.1 O critério para definição dos quantitativos levará em conta, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 5, da SEGES/MP, de 26 de maio de 2017, e demais informações colhidas junto às unidades que utilizarão o serviço e através do "Anexo I - Local e Quantitativos (26593856)".

3.8.2 Haverá à abertura de uma Conta-Depósito Vinculada aberta pela CONTRATANTE em nome da CONTRATADA, sendo necessária para garantir a segurança e transparência no pagamento de benefícios trabalhistas, como férias e 13º salário, ajudando a prevenir problemas financeiros e trabalhistas, protegendo os trabalhadores e a CONTRATADA.

3.8.3 O serviço de vigilância humana desarmada e vigilância eletrônica das unidades da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville constitui-se em serviço contínuo e imprescindível para a segurança e a preservação do patrimônio público das unidades municipais atendidas. Salienta-se não haver no quadro de pessoal da Prefeitura servidores habilitados para as funções ou em número suficiente para realização dos serviços, tampouco equipamentos municipais necessários para o desenvolvimento dos serviços supracitados, tais como equipamentos de alarme, câmeras, acessórios como interfones e cancelas, bem como centro de controle operacional equipado que permita a instalação, manutenção e monitoramento dos respectivos sistemas.

3.8.4 Será admitida a participação de empresas em consórcio, observados os requisitos legais e regras previstas no Edital.

3.8.5 A CONTRATADA deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental necessários, ligados a execução do contrato.

3.9 Garantia da contratação:

3.9.1 A CONTRATADA prestará garantia de execução do Contrato, nos moldes do art. 98 da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do Contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

3.9.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou fiança bancária;

3.9.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);

3.9.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem o art. 137 da Lei n. 14.133 de 2021;

3.9.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN 05/2017- SEGES/MP;

3.9.3.1 No prazo máximo de 1 mês após a homologação e anterior a assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, conforme art. 96, §3º da Lei nº 14.133/2021, caso opte pela modalidade seguro garantia;

3.9.3.2 Caso a modalidade de garantia escolhida for o depósito em dinheiro, este deverá ser efetuado em conta específica do CONTRATANTE, a ser indicado pelo gestor do contrato.

- 3.9.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 3.9.4.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 3.9.4.2 Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- 3.9.4.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA; e
- 3.9.4.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.
- 3.9.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria;
- 3.9.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica de instituição financeira ou bancária indicada pela contratante, com correção monetária;
- 3.9.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- 3.9.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil;
- 3.9.9 No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação;
- 3.9.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada;
- 3.9.11 O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 3.9.12 Será considerada extinta a garantia:
- 3.9.12.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato;
- 3.9.12.2 No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do Contrato, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN 05/2017- SEGES/MP;
- 3.9.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;
- 3.9.14 A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Termo de Referência SEI: 27515025;
- 3.9.14.1 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria;
- 3.9.15 Também poderá haver liberação da garantia se a CONTRATADA comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do Contrato de trabalho;
- 3.9.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, o CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao Contrato no caso da não comprovação:
- 3.9.16.1 Do pagamento das respectivas verbas rescisórias; e/ou
- 3.9.16.2 Da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN 05/2017- SEGES/MP;
- 3.9.17. Na ocorrência de aditivos, com acréscimos de valores, a CONTRATADA deverá apresentar garantia complementar, equivalente a 5% (cinco por cento), na mesma modalidade optada no contrato.

3.10 Qualificação Econômico-Financeira

- 3.10.2.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios sociais, comprovando:
- 3.10.2.2 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- 3.10.2.2.1 Comprovação de Capital Social e patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta; (Anexo VII-A da IN 05/2017, item 11.1 "c")
- 3.10.2.3 Declaração do proponente, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante na IN 05/2017, de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrito no subitem 8.2.1.1.3, observados os seguintes requisitos: (Anexo VII-A da IN 05/2017, item 11.1 "d")
- 3.10.2.3.1 Declaração prevista na subitem 8.2.1.1.4, deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
- 3.10.2.3.2 Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.
- 3.10.2.4 Demais documentos conforme regrado na IN 05/2017.

4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 Para a presente contratação, a estimativa das quantidades foi obtida considerando-se o disposto na Instrução Normativa nº 5, da SEGES/MP, de 26 de maio de 2017, o disposto nos Termos do Contrato nº 611/2020 e informações colhidas junto às unidades que utilizarão o serviço.

4.2 Para o levantamento das quantidades foram analisados os documentos das contratações vigentes, realizado o levantamento junto as Unidades contempladas na contratação, melhoria na parte tecnológica dos equipamentos e o aumento de unidades na Administração Direta e Indireta do Município de Joinville.

4.3 Os custos de relacionados à prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, em especial as férias indenizadas e o 13º salário, entre outros, não serão renováveis após o período de 12 (doze) meses de execução contratual, sendo pagos após este período somente caso ocorram fatos geradores.

4.4 A quantidade estimada está demonstrada através do " Anexo I - Local e Quantitativos (26593856)", no referido anexo, também encontram-se os resumos de quantitativos totais em conformidade com a tabela abaixo:

<u>Tabela Resumo de Quantitativos de Vigilância Humana e Eletrônica</u>											
Vigilância Humana											
Item	Descrição do item	Unidade de Medida	Quantidade								CBO
			SEPR OT	SED	SES	HM SJ	SA MA	SDE	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL	
1	Serviço de segurança e vigilância patrimonial (Posto de Vigilante 12h Diurno de Seg a Sex - Escala 12x36)	Posto de Trabalho	1	130	10	3	0	0	144	1.728	5173-30
2	Serviço de segurança e vigilância patrimonial (Posto de Vigilante 12h Diurno de Seg a Dom - Escala 12x36)	Posto de Trabalho	29	61	10	5	12	2	119	1.428	5173-30
3	Serviço de segurança e vigilância patrimonial (Posto de Vigilante 12h Noturno de Seg a Dom - Escala 12x36)	Posto de Trabalho	29	61	10	5	11	2	118	1.416	5173-30
4	Serviço de segurança e vigilância patrimonial (Posto Supervisor Diurno - Escala 12x36)	Posto de Trabalho	2	5	0	0	0	0	7	84	5103-10
5	Serviço de segurança e vigilância	Posto de Trabalho									

	patrimonial (Posto Supervisor Noturno - Escala 12x36)		1	2	0	0	0	0	3	36	5103-10
6	Serviço de segurança e vigilância patrimonial (Posto de atendente de alarme 12 horas diurno de Seg a Dom - Escala 12x36)	Posto de Trabalho	1	5	1	0	0	0	7	84	9513-20
7	Serviço de segurança e vigilância patrimonial (Posto de atendente de alarme 12 horas noturno de Seg a Dom - Escala 12x36)	Posto de Trabalho	1	5	1	0	0	0	7	84	9513-20
8	Serviço de segurança e vigilância patrimonial (Posto de Operador de Monitoramento 12 horas diurno de Seg a Dom - Escala 12x36)	Posto de Trabalho	2	0	0	1	0	0	3	36	9513-10
9	Serviço de segurança e vigilância patrimonial (Posto de Operador de Monitoramento 12 horas noturno de Seg a Dom - Escala 12x36)	Posto de Trabalho	2	0	0	1	0	0	3	36	9513-10
10	Serviço de segurança e vigilância patrimonial (Posto de controlador de acesso 12 horas diurno de Seg a Sex - Escala 12x36)	Posto de Trabalho	1	0	0	0	1	0	2	24	5174-10
11	Serviço de segurança e vigilância patrimonial (Posto de controlador de acesso 12 horas diurno de Seg a Dom - Escala 12x36)	Posto de Trabalho	0	0	0	1	0	0	1	12	5174-10

Vigilância Eletrônica

Item	Descrição do item	Unidade de Medida	Quantidade							
			SEPROT	SED	SES	HMSJ	SAMA	SDE	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
12	Serviço de segurança e vigilância patrimonial (Câmera Tipo I - Interna /Externa)	Unidade	1.077	3654	978	144	200	48	6.101	73.212
13	Serviço de segurança e vigilância patrimonial (Câmera Tipo II - (Com Vídeo Analítico de Intrusão)	Unidade	225	980	278	20	56	12	1.571	18.852
14	Serviço de segurança e vigilância patrimonial (Câmera Tipo III - Speed Dome)	Unidade	5	0	0	3	0	0	8	96
15	Serviço de segurança e vigilância patrimonial (Sensores)	Unidade	896	3.825	1.178	20	98	50	6.067	72.804
16	Serviço de segurança e vigilância patrimonial (vídeo fone)	Unidade	11	198	4	0	0	0	213	2.556
17	Serviço de segurança e vigilância patrimonial (Cancela com captura e reconhecimento automático de placas veiculares (LPR)	Unidade	7	2	0	4	2	1	16	192
18	Serviço de segurança e	Unidade								

	vigilância patrimonial (Controlador de Acesso Facial)		73	383	77	20	12	4	569	6.828
19	Serviço de segurança e vigilância patrimonial (Catraca com Reconhecimento Facial)	Unidade	2	0	0	3	2	0	7	84
20	Serviço de segurança e vigilância patrimonial (Catraca para Pessoas com deficiência - PNE)	Unidade	1	0	0	1	1	0	3	36

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

5.1 Atualmente o Município de Joinville - SC, mantém um Contrato de monitoramento eletrônico, cujo objeto é a prestação de serviços de segurança e monitoramento das Unidades de Administração Diretas e Indiretas do Município, no entanto dada a proximidade do encerramento deste contrato, esta secretaria visa uma nova contratação a fim de manter o padrão de segurança nas unidades.

5.2 É importante ressaltar que recentemente as Escolas estão sendo equipadas com Desktops e Notebooks para uso de professores e alunos, e diversas Secretarias estão passando por uma substituição de seus equipamentos, levando em consideração esses fatores juntamente com os altos valores dos equipamentos das Unidades de Saúde e Almoxarifado, impõe-se a adoção de medidas de segurança destinadas aos prédios públicos.

5.3 Sob a luz destes fatores, as soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade da Administração são:

- Alternativa 1 - A contratação de empresa para a prestação dos contínuos de monitoramento eletrônico e segurança privada. Se levarmos em consideração o valor do patrimônio a ser protegido, a contratação, ainda que pela terceirização dos serviços, se justifica, tendo em vista que estão presentes objetos de fácil transporte como ar condicionados, lousa digital, notebooks e computadores que são alvos de furtos conforme ocorrido no município de Joinville recentemente.
- Alternativa 2 - A aquisição dos equipamentos de vigilância pela municipalidade, que gera em consequência, a necessidade de instalação da Central de Monitoramento e de contratação de pessoal para operar e monitorar o sistema, além de disponibilização de pessoal para rondas externas 24 (vinte e quatro) horas, o que não se vislumbra possível, nesse momento, como a solução mais viável, dadas as vedações da Lei de Responsabilidade Fiscal Complementar 101/2000.

5.4 Além do custo estimado dos equipamentos a serem adquiridos, seria necessária a disponibilização de espaço para funcionamento da Central de Monitoramento, de pessoal treinado e qualificado (no mínimo 2 servidores dia e 2 noite), e de alteração na Estrutura Administrativa, aumentando a despesa com pessoal, o que é vedado pela LC 101/2000. Deve-se levar em consideração, ainda, que há o consequente risco dos equipamentos tornarem-se obsoletos em poucos anos, dada a velocidade da evolução tecnológica, o que geraria um prejuízo aos cofres públicos, já que não dispõe de pessoal especializado suficiente para a devida manutenção e acompanhamento da evolução tecnológica dos equipamentos.

5.5 Ademais, a Contratação dos serviços ora em debate ocorreu por meio de Ata de Registro de Preços, estimando um quantitativo superior ao que será usado de imediato, prevendo a eventual ampliação do sistema, quando da construção de novos prédios públicos, como Unidade de Saúde, CEIs, dentre outros.

CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO

Considerando as soluções de mercado supra elencadas, e as características e custos de cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de monitoramento eletrônico e segurança privada nas unidades da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville/SC, visando manter a segurança patrimonial e da população presente nessas unidades.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo, tendo por base o histórico de contratações anteriores e a demanda esperada.

6.2 No início, estima-se a contratação no valor de R\$ 94.028.548,20 (Noventa e quatro milhões, vinte e oito mil, quinhentos e quarenta e oito reais e vinte centavos), para 12 (doze) meses.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 Após análise das soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de monitoramento eletrônico e segurança privada nas unidades da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville/SC, que deverá ser constituída por instalações de Kits de CFTV 08 CH; 16 CH; um monitor por DVR; Kits de Alarme (passivo, ativo, painel de senha, botão de pânico) e Mão de Obra para a Instalação dos Kits. A Contratada deverá possuir todo o sistema para instalação e monitoramento 24 (vinte e quatro) horas. Atuando de forma integrada, câmeras e alarmes auxiliando o atendente a detectar intrusões ou alarmes falsos. O atendente dos alarmes e câmeras, sob responsabilidade da contratada, atenderá in loco 40 unidades nas suas rondas. O sistema de fornecimento de Kits facilita a instalação em que a demanda de cada prédio poderá ser suprida adicionando novos Kits. Nesse diapasão, comparando a aquisição de equipamentos, instalação e operação da Central de Monitoramento pela Prefeitura Municipal, a solução que se apresenta mais viável à Administração é a terceirização dos serviços, com a consequente contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços, já que não dispõe de pessoal em seu quadro de servidores, aptos a executarem as atividades ora debatidas, aliado ao fato da necessidade de manutenção periódica dos equipamentos e a sua substituição, quando necessário.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 Se faz necessário a previsão de manutenção preventivas e corretivas e instalações (remanejamento, aditivar e retirar) para todas as Unidades da Administração Direta e Indireta de Joinville, não sendo possível assim o parcelamento da solução proposta.

8.2 O parcelamento da solução poderia afetar a qualidade da prestação do serviço, assim como gerar uma incompatibilidade dos produtos contratados, o que poderia ocasionar um mal funcionamento do sistema gerando prejuízos a segurança pública e a administração.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1 Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões. No caso busca-se resguardar a segurança pública das Unidades da Administração Direta e Indireta de Joinville, dos bens móveis e imóveis, servidores e munícipes, que tem como objetivo primordial garantir a segurança do Patrimônio Público, proporcionando os recursos necessários para cumprir sua missão de proteger os equipamentos.

9.2 Assim, a Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, os seguintes resultados:

- **Prevenção de Crimes:** A presença de um sistema de câmeras de segurança contribui significativamente para dissuadir a ocorrência de crimes, como furtos, roubos e vandalismo, ao criar um ambiente de maior vigilância e inibir a ação de criminosos.
- **Monitoramento em Tempo Real:** O sistema permite o monitoramento em tempo real de áreas estratégicas, proporcionando uma resposta imediata a qualquer incidente ou atividade suspeita, o que contribui para aumentar a segurança de funcionários, clientes e transeuntes.
- **Controle de Acesso:** O sistema pode ser integrado a dispositivos de controle de acesso, como catracas e portões automáticos, garantindo que apenas pessoas autorizadas tenham acesso a determinadas áreas, contribuindo para a segurança patrimonial e pessoal.
- **Eficácia:** Identificação mais precisa de ameaças: Câmeras de vigilância e Sensores/Alarmes podem fornecer evidências visuais e auditivas que ajudam na identificação e investigação de incidentes criminais.
- **Investigação de Incidentes:** As gravações feitas pelas câmeras de segurança servem como evidência em caso de incidentes, facilitando a identificação de suspeitos, investigações policiais e processos judiciais, o que auxilia na

redução da impunidade e na responsabilização de infratores.

- **Redução de Custos com Segurança:** Embora inicialmente, implantação do sistema possa exigir investimentos, a longo prazo, a presença de câmeras de segurança pode contribuir para a redução dos custos com segurança patrimonial, seguros e reparação de danos causados por incidentes.
- **Economicidade:** Minimização de perdas financeiras: A rápida detecção de atividades suspeitas pode reduzir perdas financeiras devido a furtos, roubos e danos à propriedade pública e privada.
- **Transparência e Confiança:** A implementação de um sistema de câmeras de segurança demonstra o compromisso da organização com a segurança de seus colaboradores, clientes e do público em geral, gerando maior confiança e credibilidade junto à comunidade e aos stakeholders.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1. Importante pontuar que quanto a equipe técnica de fiscalização, essa Secretaria possui servidores com experiências técnicas e conhecimento acerca do produto a serem adquiridos, bem como, caso necessário pode-se solicitar o suporte das demais Secretarias.

10.2. Ainda, indicamos que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o ordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11.2 Não foram encontrados Atas de Registro de Preços em andamento nos Consórcios que o município aderiu (CINCATARINA, CISNORDESTE e CIM-AMUNESC) com o mesmo objeto do processo licitatório.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, a contratada deverá observar a destinação adequada dos resíduos ou de descartes de materiais usados em instalações e manutenções, equipamentos eletrônicos decorrentes da contratação, assim como descartes de uniformes e equipamentos utilizados pelos vigilantes, podendo ser enviados para reciclagem caso seja possível sem comprometer sigilo de imagens ou documentos.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

13.1 Para este projeto foi realizado a Matriz de Risco, conforme SEI nº 26117724

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

14.1 Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios, observando o disposto nos demais tópicos do Estudo Técnico Preliminar:

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	X		
2. O modelo adotado para a			

contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	X		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	X		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	X		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	X		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	X		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	X		

CONCLUSÃO: Com base neste Estudo Técnico Preliminar, a Equipe/Comissão de Planejamento declara **viável** a contratação de contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de monitoramento eletrônico e segurança privada nas unidades da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville/SC, nos moldes descritos no presente Estudo Técnico Preliminar, vez que se mostrou a solução técnica e economicamente mais adequada à necessidade da Administração e fundamentadamente atende ao interesse público.

		Documento assinado eletronicamente por Jaqueline Coelho Zacher, Servidor(a) Público(a) , em 19/11/2025, às 16:07, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.
		Documento assinado eletronicamente por Paulo Isaías Stremel de Almeida, Gerente , em 19/11/2025, às 16:11, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.
		Documento assinado eletronicamente por Andrea da Silva de Macedo, Coordenador(a) , em 19/11/2025, às 16:19, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.
		Documento assinado eletronicamente por Paulo Rogerio Rigo, Secretário (a) , em 19/11/2025, às 16:23, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.
		Documento assinado eletronicamente por Diego Calegari Feldhaus, Secretário (a) , em 19/11/2025, às 16:55, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.
		Documento assinado eletronicamente por William Escher, Secretário (a) , em 19/11/2025, às 16:55, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.
		Documento assinado eletronicamente por Teresinha Dziedicz, Gerente , em 19/11/2025, às 16:58, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.
		Documento assinado eletronicamente por Romaldo Backes, Diretor (a) Executivo (a) , em 19/11/2025, às 17:38, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.
		Documento assinado eletronicamente por Fabio Joao Jovita, Secretário (a) , em 24/11/2025, às 09:13, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Aparecida Gregorio F Cavalcante, Secretário (a)**, em 25/11/2025, às 09:46, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **27514832** e o código CRC **BF9A2752**.

Rua Caçador, 112 - Bairro Anita Garibaldi - CEP 89203-610 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

25.0.108339-8

27514832v5